

**Estado de Pernambuco**

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO****APELAÇÃO CÍVEL Nº 0190839-0 – RECIFE/PE**

APELANTE: ANTÔNIO DINIZ CAVALCANTI PARAÍSO

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO AQUINO OLIVEIRA

APELADO: MARIVÂNIA TERCEIROS DOS SANTOS

ADVOGADO: ALDSON ALBÉRICO DE VASCONCELOS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**2ª CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZATÓRIA – CIRURGIA ABDOMINAL INEXITOSA – DEFORMIDADES E TRANSTORNOS – DANOS COMPROVADOS – IMPERÍCIA E IMPRUDÊNCIA CARACTERIZADOS – RESPONSABILIDADE.

**DECISÃO:** À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

**DATA DO JULGAMENTO:** 11 de junho de 2014.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação cível nº 0190839-0, em que é apelante ANTÔNIO DINIZ CAVALCANTI PARAÍSO e apelado, MARIVÂNIA TERCEIROS DOS SANTOS, ACORDAM os Exmos. Srs. Desembargadores, componentes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator.

Recife, 17 de junho de 2014.

Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0190839-0 – RECIFE/PE**

APELANTE: ANTÔNIO DINIZ CAVALCANTI PARAÍSO

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO AQUINO OLIVEIRA

APELADO: MARIVÂNIA TERCEIROS DOS SANTOS

ADVOGADO: ALDSON ALBÉRICO DE VASCONCELOS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**2ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Apelação Cível interposta por ANTÔNIO DINIZ CAVALCANTI PARAÍSO contra sentença proferida, nos autos da Ação indenizatória (proc. nº 001.2005.018087-9), que julgou parcialmente procedente o pedido autoral, condenando-lhe a pagar indenização moral de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mais material de R\$ 9.119,51 (nove mil, cento e dezenove reais e cinquenta e um centavos), decorrentes do insucesso de cirurgia de dermolipectomia abdominal, laqueadura tubária, lipoaspiração e hérnia umbilical, que causara à recorrida danos estéticos e morais, além das despesas de contratação de novo cirurgião para intervenção reparadora (fs. 207/215).

Aduziu o apelante que a soma dos procedimentos solicitados demandariam diversos profissionais, mas que, por insistência da recorrida, ele realizaria tudo e que, diante da reação biológica e desatenção às recomendações médicas pela paciente, no pós-operatório, houve congestão vascular com formação de epiteliase e que, diante da nova cirurgia, não sobrou vestígios que permitiriam, nesta ocasião, analisar as causas para isentá-lo de responsabilidade. Arguiu, por fim, que não houve dano estético ou moral a ensejar a condenação, razão pela qual pediu a reforma da sentença (fs. 218/234).

Contrarrazões às fs. 238/258, pedindo o improvimento do apelo.

É o que importa relatar.

Ao douto revisor.

Recife, 16 de abril de 2014.

*Adalberto de Oliveira Melo*

Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR



245  
M

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0190839-0 – RECIFE/PE**  
APELANTE: ANTÔNIO DINIZ CAVALCANTI PARAÍSO  
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO AQUINO OLIVEIRA  
APELADO: MARIVÂNIA TERCEIROS DOS SANTOS  
ADVOGADO: ALDSON ALBÉRICO DE VASCONCELOS  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**2ª CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

Arguiu o cirurgião apelante que dentre as diversas intervenções cirúrgicas procedidas na paciente apelada, somente uma não teria sido bem sucedida: o tratamento estético da região abdominal, e cujo dano não se configurara, diante do procedimento retificador do segundo profissional, razão pela qual não seria devida indenização moral no patamar fixado pelo magistrado de piso.

Olvida, porém, o recorrente, que, à sorte de ter a recorrida providenciado, com urgência, novo tratamento que viabilizou a correção dos vícios biológicos perpetrados pela primeira cirurgia, não remanesceram vestígios danosos do erro médico, o que deve ser comemorado e, não, apontado como indevido para uma superveniente apuração das causas, como pretendeu ter-se reconhecido na fundamentação de seu apelo.

Há de se ressaltar que, por mais que a paciente tivesse insistido para o apelante realizar todos os procedimentos, os quais, segundo o mesmo, demandariam a participação de outros profissionais especializados conjuntamente, a ética e a prudência médica não lhe permitiriam fazê-lo acaso existisse e reconhecesse sua limitação profissional para tanto – e não o contrário –.

O fato é que, tendo os vestígios do vício da operação desaparecido após intervenção do segundo médico, prova que aqueles não surgiram por simples reação biológica da paciente ou desatenção às recomendações médicas, haja vista, em menos de um mês, ter a mesma procurado resolver seu problema, solucionando-o

246  
M

Destaco, ainda, que após a segunda cirurgia não houve reação biológica ou negligência da paciente. Portanto, não há que se falar em alteração de comportamento (de negligente para cauteloso) ou de reação biológica pela simples mudança de assistência médica. Os fatos falam por si.

Destarte, tem o magistrado o poder do livre convencimento. Estando as provas dos autos dispostas para tal finalidade e convencendo-se o juízo da maturidade do processo, tem ele o poder de aplicar as disposições legais e operar a interpretação do direito ao caso.

Intervenções cirúrgicas para fins estéticos são procedimentos de fim, esperando-se do profissional da saúde não somente agir com perícia e prudência, mas atendendo às expectativas do paciente.

*In casu*, se por fortúnio a recorrida não padece de vestígios maiores do mal procedimento, o que não afasta a perturbação física e psicológica por que passou, durante o tratamento. A indenização moral fixada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mostra-se, portanto, adequada, para não dizer inferior aos patamares equitativos. E o dano material encontra-se provado e justificado.

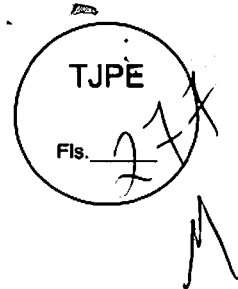
Com essas considerações, nego provimento ao apelo, mantendo inalterada a sentença, ora afrontada.

É como voto.

*Des. Adalberto de Oliveira Melo*  
Des. Adalberto de Oliveira Melo  
RELATOR



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 190839-0 DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE**

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: ANTONIO DINIZ CAVALCANTI PARAÍSO  
APELADA: MARIVÂNIA TERCEIRO DOS SANTOS

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelo contra a sentença que condenou o apelante a indenizar a apelada por danos materiais e morais<sup>1</sup>, decorrentes de cirurgia (fls. 207/215).

Importam alguns enfoques da ação indenizatória proposta pela apelada (fls. 02/21). A recorrida demonstrou a realização de procedimentos específicos no campo estético, pelo apelante - lipoaspiração lateral e superior do abdômen, *por exemplo*; além de outras cirurgias, tais como laqueadura tubária e hérnia umbilical.

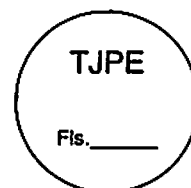
Noticiou, ainda, a fixação *informal* de honorários no importe de R\$ 10.227,27 (dez mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos) (fls. 03/04). Assegurou haver cumprido, com rigor, as recomendações para o pós-cirúrgico, tais como, medicamentos, consultas, higiene e curativos, entre outras (fls. 04).

Por fim, recebeu do apelante a informação sobre o término do tratamento a que se submetera. Perplexa, constatou graves sequelas - verificando, com justificáveis frustração e insegurança, área *necrosada no seu corpo*. Inquirido, o apelante noticiou a necessidade de outra cirurgia, implicando em novos custos financeiros para a apelada (fls. 05/06 e 54/55).

<sup>1</sup> A indenização em comento foi fixada em R\$15.000,00 (quinze mil reais), relativamente aos danos morais; e, no que respeita aos danos materiais, no montante de R\$ 9.119,51 (nove mil, cento e dezenove reais e cinquenta e um centavos). "corrigidos monetariamente a partir do ajuizamento da demanda e juros moratórios legais a partir da citação, tudo apurado na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil" (fls. 215).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes*



A paciente classificou como injusta e abusiva a proposta do médico, além de "temer a ocorrência de um estrago maior".

Relatou, por fim, que as partes acordaram a realização de uma segunda cirurgia, por outro profissional - encargo financeiro sob a responsabilidade do apelante, *que cumpriu apenas parcialmente o ajuste* - arcando a apelada com a despesa pelo procedimento, *que resultou satisfatório*. Nessa trilha, colacionou documentos emitidos pelo segundo médico, relativamente à primeira cirurgia (fls. 30/38).

Por fim, pugnou pelo ressarcimento dos danos materiais no montante de R\$20.000,00 (vinte mil reais), além de indenização por danos estético e moral, em valores a serem fixados pelo Julgador (fls. 19/21).

Muito bem. O juízo monocrático condenou o apelante a indenizar a apelada por danos materiais e morais, decorrentes da cirurgia - conforme anterior relato.

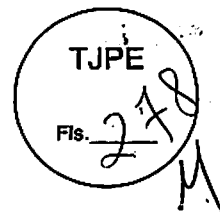
Irresignado, o apelante desenvolveu suas razões (fls. 207/215). Textualmente, admitiu a necessidade de uma equipe multidisciplinar para a realização do procedimento.

No entanto, dada à elevação dos custos, assentiu em realizar a cirurgia sem o apoio dos demais cirurgiões, *em atendimento ao pleito da paciente* (fls. 220).

O Apelante entendeu *não descartado* o fato de as complicações pós-cirúrgicas resultarem de (i) esforço físico ou (ii) reações naturais do organismo da paciente, submetida a intervenções invasivas - alegação que resultou indemonstrada. Procedeu, ainda, à transcrição de depoimentos que considerou favoráveis à sua tese; aduzindo (iii) a previsibilidade, na literatura médica, dos danos alegados pela recorrida (fls. 221/226 e 232).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Nessa esteira, reportando-se a entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, assinalou inexistir nexos causal entre a sua atuação e o resultado não satisfatório subexamine (fls. 227/231).

Ao fim, requereu o provimento do apelo (fls. 234).

Ao apresentou contrarrazões, a apelada reiterou, analiticamente, os argumentos sustentados em suas diversas manifestações; pugnando pelo improvimento do recurso (fls. 238/258).

Pois bem.

Compulsados os autos, observo suficientemente demonstrado o fato de o cirurgião apelante não possuir especialização em cirurgia plástica - o que também foi relatado por testemunhas indicadas pelo próprio médico (fls. 92/104, 156 e 158).

Dessarte, aludiu a apelada à imperícia, à negligência, à culpa e à irresponsabilidade do médico - sustentando haver suportado danos materiais, estético e moral (fls. 06/14, 29/40).

Conforme consabido, a cirurgia estética eletiva constitui uma obrigação de resultado. Portanto, responde o profissional médico pelo insucesso da intervenção.

A decisão julgou parcialmente procedente o pleito inicial para condenar o apelante a indenizar a apelada por (i) danos materiais - demonstrado o montante pago à equipe médica pela cirurgia de reconstrução, tanto quanto as despesas hospitalares com o segundo procedimento (fls. 39, 47/53 e 215); e (ii) danos morais, salientados o sofrimento, a frustração inicial, a insegurança<sup>2</sup> (fls. 214/215).

O julgado a seguir corrobora os fundamentos ora desenvolvidos. Assim, como nossos grifos:

.....

<sup>2</sup> Realçou o togado de piso que, em decorrência do segundo procedimento cirúrgico, toda a área lesada fora devidamente corrigida, conforme demonstrado; inexistindo, portanto, danos estéticos (fls. 214).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Carneiro de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

APELAÇÃO CÍVEL – PRELIMINAR – DIALETICIDADE – REJEITADA – CIRURGIA PLÁSTICA – RESPONSABILIDADE SUBJETIVA – *OBRIGAÇÃO DE RESULTADO* – PERÍCIA – RECURSO IMPROVIDO – 1 - Se as razões recursais são suficientes para a compreensão da controvérsia e do objeto da irresignação, bem como para o exercício do contraditório, não se pode acolher a preliminar que questiona a dialeticidade do recurso. Preliminar rejeitada. 2 - *A responsabilidade civil do profissional liberal é subjetiva. Inteligência do artigo 14, §4º, do CDC.* 3 - *A obrigação encartada entre médico e paciente em casos de cirurgias plásticas embelezadoras é de resultado.* Precedentes. 4 - *Em se tratando de responsabilidade civil subjetiva decorrente de obrigação de resultado, incumbe ao autor (paciente) a prova de que o médico não alcançou o resultado contratado e ao requerido (médico) a prova de que o evento danoso decorreu de fatores externos e alheios à sua atuação durante o procedimento.* Precedentes do STJ. 5- Recurso improvido. (TJES – EDcl-AP 0017892-09.2008.8.08.0012 – Rel. Des. Telemaco Antunes de Abreu Filho – DJe 25.11.2013).

.....

Efetivamente, no que tange ao contrato de serviços médicos - não obstante o caráter de relação de consumo - a responsabilidade do profissional é apurada pela verificação da culpa<sup>3</sup>.

Ora, não se consumou o resultado pretendido.

Muito pelo contrário.

Vislumbro que a apelada sofreu uma acentuada piora após ter recebido alta - o que obstou a continuidade do tratamento diante da absoluta perda de confiança no profissional. Posteriormente, acompanhada por novo médico, foram restabelecidas a auto confiança, a saúde e a aparência estética da paciente.

Ao vincular o insucesso da cirurgia ao alegado deleixo da apelada quanto à orientação para o pós-cirúrgico, descuidou o apelante de que a si caberia demonstrar a argumentação desenvolvida.

No entanto, nada produziu para comprovar a sua tese <sup>4</sup>.

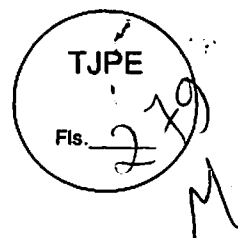
<sup>3</sup> Lei 8.078/90, Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. §§ 1º - 3º (omissis). § 4º *A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.*

<sup>4</sup> CPC, art. 333, II. O ônus da prova incumbe: I - (omissis); II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



No que respeita à prova testemunhal, releva a transcrição do depoimento a seguir, prestado por profissional médico (fls. 156):

.....

"(omissis) a necrose, como demonstrada nas fotos, poderá resultar em óbito para qualquer paciente, desde que bactéria (sic) encontre espaço no organismo para proporcionar infecção de grandes proporções - septicemia; (omissis) *no geral, cirurgias como a descrita na inicial permitem a recuperação da paciente para atividades habituais no prazo de trinta dias*".

.....

Também de acordo com testemunhas, a apelada não dispôs de condições para retornar ao trabalho durante o período de dois a três meses (fls. 153 e 154). Definitivamente, terá experimentado justificável insegurança no que tange às consequências das sequelas demonstradas, o que deságua em sentimentos de frustração, de depressão, de abatimento emocional.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, vejo configurados os danos material e moral em comento.

Compartilho, portanto, o entendimento do juízo singular.

No meu sentir, resulta inquestionável o sofrimento que vitimou a apelada no trato da evolução do ato cirúrgico, especialmente a incerteza quanto à absoluta recuperação; além de demonstrados os encargos financeiros que suportou no que respeita à segunda cirurgia - a que precisou sujeitar-se para o seu efetivo restabelecimento. Entendo justo o montante fixado para a indenização por danos materiais e morais (fls. 215). Em assim o sendo, **NEGO** : **PROVIMENTO AO APELO**. Mantenho a decisão monocrática em todos os seus termos e por seus próprios fundamentos (fls. 207/215).

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes  
Revisor